

COORDENAÇÃO
Carlos Fortuna

EQUIPA EDITORIAL
Ana Serrano
Bernardo Fazendeiro
Isabel Dórdio Dimas
Rita Martins

MIL FOLHAS

BOLETIM QUADRIMESTRAL

1 2 1 9 0

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



ABERTURA
O MIL FOLHAS
E A NORMA DOS "3LS"
Carlos Fortuna .2

OUTRAS BIBLIOTECAS
A BIBLIOTECA
DO BANCO DE PORTUGAL
Sofia Néo .3

SUGESTÕES DE LEITURA
2,7,9 e 11.

DEPOIMENTO
SOBRE
O "LIVRO ANTIGO"
A. E. Maia do Amaral .4

QUATRO ENSAIOS
SOBRE A EVOLUÇÃO
DAS ÁREAS DISCIPLINARES
DA FEUC
José Reis .6
Carlos Fortuna .8
João Lisboa .10
José Manuel Pureza .12

O MIL FOLHAS E A NORMA DOS “3LS”

CARLOS FORTUNA FEUC

Em outubro de 2020, em tempo pandemia, dir-se-ia, usando as novas categorias de classificação dos tempos, surgiu o MIL FOLHAS, coordenado pelo Conselho da Biblioteca. Modesta publicação, acarinhada pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), esta modalidade de boletim ou newsletter buscou desde o princípio dar conta do ambiente vivido na Faculdade de Economia em torno dos livros, das leituras e dos seus lugares – vulgo, biblioteca – e, mais em concreto, a Biblioteca da FEUC.

Esta norma dos “3Ls” foi sendo reforçada a cada passo e hoje, seis edições passadas, eis-nos fiéis à vontade inicial de valorizar os objetos, os atos elementares que os envolvem e os lugares principais onde esses atos ocorrem. Desta vez, com este nº 6, o MIL FOLHAS conserva a sua linha editorial original e combina-a com uma inovação apreciável. Assim contamos com o relato do que é a Biblioteca do Banco de Portugal que a sua Diretora nos oferece na rubrica *Outras Bibliotecas*. A relevância desta Biblioteca é enorme e fica de novo assinalada naquilo que a Dra. Sofia Nêo nos dá a ler, bem ao estilo de um generoso convite à sua frequência. Também o Dr. Maia Amaral – reconhecido bibliotecário e especialista em “livros antigos” – oferece um notável *Depoimento* centrado em torno do “livro antigo”, fórmula a remeter para a riqueza patrimonial, as vicissitudes e as peripécias dos livros antigos como são tantos exemplares que preenchem as estantes das Bibliotecas da Universidade de Coimbra, a começar pela Biblioteca Joanina.

As *Sugestões de Leitura* são, como sempre, sugestões de colegas docentes da FEUC que apresentam os livros de sua escolha, sempre disponíveis na nossa Biblioteca.

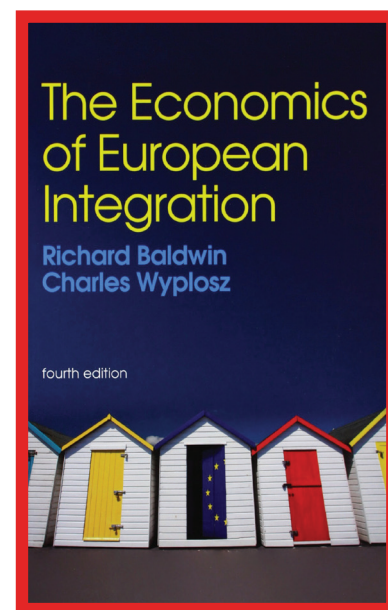
A inovação deste número do MIL FOLHAS respeita aos *Quatro Ensaios*, de outros tantos colegas nossos, a saber, José Reis, Carlos Fortuna, João Lisboa e José Manuel Pureza. O Conselho da Biblioteca e o MIL FOLHAS, eivados do sentimento comemorativo dos 50 anos da fundação da FEUC, convidaram estes docentes para uma reflexão sobre as 5 décadas de cada uma das suas principais áreas académicas. Os livros, os autores, os temas e o fervor institucional mais ou menos acentuado por que passaram as disciplinas da Economia, da Sociologia, da Gestão de Empresas e das Relações Internacionais estão ali condensados de forma exemplar. Tudo o que se lê nas páginas dos *Quatro Ensaios* constitui um retrato singular do que são hoje e como evoluíram as grandes áreas de especialização científica desta Faculdade que tem sabido honrar o seu passado e atualizá-lo com os seus *livros* (novos e antigos), as suas *leituras* (especializadas e diversas) e esse *lugar* (a biblioteca material e/ou digital) para fazer de todos eles instrumentos essenciais de uma cidadania culta e cientificamente competente.

É grande o nosso contentamento com a produção de mais este número. É infinito o agradecimento que dirigimos a todas as pessoas que aceitaram o nosso pedido de colaboração ●

SUGESTÕES DE LEITURA

THE ECONOMICS OF EUROPEAN INTEGRATION

*Richard Baldwin and Charles Wyplosz.
Londres: McGraw-Hill Companies,
2w 012. (4th ed.).
McGraw-Hill Higher Education.*



O processo de integração europeia, que se iniciou após a 2ª guerra mundial, marcou decisivamente a evolução das economias europeias e continuará, por certo, a determinar o devir europeu.

Este livro permite-nos compreender a evolução do processo europeu de integração económica, sendo composto por 19 capítulos agrupados em cinco partes. A primeira versa a história do processo de integração na Europa, bem assim como as instituições e o processo de decisão na União Europeia. Nas outras quatro partes, o livro apresenta uma perspetiva microeconómica (segunda e terceira partes) e macroeconómica (quarta e quinta partes) da integração europeia. Em ambos os casos, os autores expõem primeiro os conceitos que permitem entender os fundamentos teóricos da integração económica, para depois analisarem as diferentes políticas europeias, explicando a sua racionalidade económica e as razões que têm vindo a motivar a sua alteração.

O livro está estruturado com um propósito didático, sendo a sua leitura um mote para procurar saber mais sobre a singularidade do processo de construção europeia.

[339.9 BAL]
Luis Moura Ramos
FEUC

A BIBLIOTECA DO BANCO DE PORTUGAL: RECURSOS DE INFORMAÇÃO PARA TODOS

SOFIA NÉO *Bibliotecária*

A Biblioteca do Banco de Portugal, fundada em 1932, tem como missão “valorizar e dinamizar o processo de criação de conhecimento no Banco e divulgar a informação por forma a aproximar a Biblioteca dos seus utilizadores internos e externos”. Neste contexto, procura identificar e satisfazer as necessidades de informação dos utilizadores, apoiar a investigação académica e profissional, enriquecer o acervo documental e divulgar os seus recursos de informação.

O acervo da Biblioteca integra mais de 70.000 monografias e 1.500 títulos de publicações periódicas correntes, maioritariamente especializadas em economia e direito, incluindo ainda outros temas relevantes para o funcionamento da organização.

A Biblioteca disponibiliza serviços como: pesquisa no catálogo; consulta presencial de documentos e obras publicadas pelo Banco de Portugal; consulta *online* dos diplomas produzidos pelo Banco no exercício da sua competência regulamentar (nomeadamente, *Avisos e Instruções*), através do Sistema de Instruções do Banco de Portugal (SIBAP); consulta de outros recursos eletrónicos, incluindo bases de dados como a B-on e a JSTOR; reprodução de documentos e *Wi-fi*. A pesquisa de informação e apoio à investigação é feita por técnicos documentalistas especializados nas áreas de economia e direito.

Com o objetivo de fomentar a investigação, importa notar que a Biblioteca tem documentos históricos valiosos e raros que pertencem à Coleção Fausto de Figueiredo e à coleção de Relatórios e Contas de empresas.

Estas coleções podem ser consultadas presencialmente mediante solicitação prévia à Biblioteca, e estão sujeitas às restrições e procedimentos adequados, tendo em conta as características e o estado de conservação dos documentos a consultar. A consulta decorrerá nas instalações do Banco, no espaço da sua sala de leitura, após ter sido efetuado um agendamento prévio e no seu horário normal de funcionamento.

A comunidade de uma biblioteca é mais do que os seus utilizadores e profissionais, é toda uma rede de entidades e bibliotecas que ajudam a satisfazer os pedidos de informação num ecossistema vasto. A Biblioteca do Banco de Portugal orgulha-se não só dos seus recursos e ferramentas, mas também da sua rede de colaboração nacional e internacional. Esta rede é constituída por bibliotecas de bancos centrais internacionais, bibliotecas especializadas, bibliotecas universitárias e outras entidades. Continuamos a expandir a nossa comunidade e a incentivar todos os nossos utilizadores a usufruírem dos

nosso recursos em pleno. Esta cooperação passa por empréstimo interbibliotecas, pela troca de digitalizações e de artigos não incluídos nas nossas assinaturas, sem custos.

Para fortalecer os laços com a comunidade, a Biblioteca promove iniciativas como as *Conversas na Biblioteca*, o *Workshop de Bibliotecas* do Banco de Portugal e a edição de uma *Newsletter*.

Para as *Conversas na Biblioteca*, evento que já contabiliza nove edições, convidamos para uma palestra autores portugueses com obra publicada em temas comuns à atuação do Banco.

O *Workshop de Bibliotecas* – convenção que já teve duas edições, em Lisboa e no Porto – permitiu reunir diversos profissionais de informação para debater temas atuais deste universo e partilhar as suas experiências com a comunidade.

A *Newsletter Biblioteca* é publicada trimestralmente, e é disponibilizada online e fisicamente na sala de leitura. Cada *Newsletter* conta com um “Bibliotema” – secção onde se apresenta uma função do Banco

A COLEÇÃO FAUSTO DE FIGUEIREDO

é um acervo documental de elevado valor bibliográfico, iconográfico e histórico que integra obras do século XV a XX, monografias, manuscritos, publicações periódicas, forais, mapas e gravuras, num total de mais de 9.000 espécies bibliográficas. A coleção cobre um impressionante leque de assuntos, abrangendo áreas tão diversas como a banca, seguros, direito, economia, comércio e contabilidade, refletindo não só as áreas profissionais mais relevantes na vida do seu colecionador, mas também interesses de natureza mais pessoal, como a história, arqueologia, etnografia e tudo o que respeita a Portugal e às suas gentes;

RELATÓRIOS E CONTAS DE EMPRESAS

nacionais e estrangeiras, desde o século XIX até à atualidade, que constituem uma fonte importante para a investigação da história económica de Portugal. Com o objetivo de facilitar o acesso a esta informação, foi desenvolvido um projeto de digitalização que, embora ainda em curso, já disponibiliza uma parte significativa da coleção em formato eletrónico.

através de um artigo temático elaborado por um departamento do Banco de Portugal, complementado por bibliografia relacionada. Apresentam-se ainda novas aquisições bibliográficas e destacam-se alguns títulos com breves resumos.

Acreditamos que a Biblioteca deve ser um serviço focado no utilizador, na satisfação das suas necessidades de informação e orientado para a produção de conhecimento. E, por detrás do serviço ao utilizador, existe todo um trabalho de equipa que tem este foco para além da preservação, conservação, organização e disponibilização da informação.

A nossa comunidade inclui os colaboradores do Banco de Portugal, o público geral e todas as entidades com quem colaboramos. A Biblioteca é um sistema de informação que engloba todos os tipos de informação e as várias tecnologias disponíveis, procurando estar atualizada com a informação mais recente para o desempenho da organização, e também investir na tecnologia por forma a facilitar o acesso e disponibilização aos recursos via digital.

Convidamos-vos a fazer parte da nossa comunidade e a visitar-nos. A Biblioteca do Banco de Portugal está localizada na Rua Francisco Ribeiro, n.º 2, em Lisboa (junto à estação de metro dos Anjos) e tem uma sala de leitura aberta de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 16h30. Aconselhamos um contacto prévio, através do telefone 213130626 ou por email biblioteca@bportugal.pt, para a realização de uma pesquisa de referência executada por técnicos especializados em economia e direito e para garantir a disponibilidade dos livros a consultar.

Na nossa sala de leitura encontrarão em destaque as aquisições mais recentes, bem como algumas estantes organizadas por temas em regime de livre acesso.

Estamos ao dispor para satisfazer as vossas necessidades de informação! ●

“A comunidade de uma biblioteca é mais do que os seus utilizadores e profissionais, é toda uma rede de entidades e bibliotecas que ajudam a satisfazer os pedidos de informação num ecossistema vasto.”

“

... o livro patrimonial deve ser considerado um ativo da UC e não um passivo, um encargo, um “peso morto” ou um “elefante branco”, como alguns parecem julgar.

”

SOBRE O “LIVRO ANTIGO” NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A. E. Maia do Amaral — Biblioteca Geral da UC

Nas universidades ensina-se e investiga-se. Para o Ensino, devem as bibliotecas universitárias proporcionar bibliografia atualizada e acesso aos recursos digitais mais adequados. Já para a Investigação, pode ser importante o acesso a fundos bibliográficos antigos. O seu valor de uso fica evidente nos mais de 500 volumes da Biblioteca Joanina que todos os anos são requisitados para leitura presencial na Sala de Leitura de Reservados e Obras Raras da BGUC. Naturalmente, a estes fundos antigos acresce também um importante valor simbólico: afinal o mais belo depósito de “Livro Antigo” da UC, a Biblioteca Joanina, é também um “ícone” do turismo desta cidade.

No meu entendimento, e já que o pedido deste texto foi de natureza estritamente pessoal e não institucional, o livro patrimonial deve ser considerado um ativo da UC e não um passivo, um encargo, um “peso morto” ou um “elefante branco”, como alguns parecem julgar.

A UNIVERSALIDADE DOS FUNDOS

Quando a FEUC celebrou os seus 30 anos, organizou-se na BGUC uma exposição intitulada *Clássicos de Economia Política na Universidade de Coimbra*. Para os curadores da exposição ficou, então, evidente que a BGUC possuía primeiras edições de muitos dos grandes clássicos do tema, reunidos muito antes de existir uma necessidade educativa para tal, ou seja muito antes de se ter criado a FEUC. Os interesses da Biblioteca da Universidade seriam já gerais ou universais, desde o século 18. Na *Nota de Apresentação* dessa exposição, o professor Joaquim Feio surpreendia-se com a riqueza encontrada:

“... desde uma edição de *Le detail de la France* de Boisguillebert ao *Essai sur la nature du commerce en général* de Cantillon; de *An Essay on the East-India Trade* de Charles Davenant a *An Inquiry into the Principles of Political Economy being an Essay on the Science of Domestic Policy in Free Nations* de James Steuart. Não esquecendo a primeira edição do *Traité* de Jean-Baptiste Say e outras preciosidades que nenhuma grande biblioteca enfeitaria.”

Joaquim Feio
Destes livros, desta exposição, 2004

A extensão das matérias que a Biblioteca da Universidade (antes de ser Geral) abarcou com os seus fundos bibliográficos é ainda hoje surpreendente quando consideramos áreas onde a UC nunca teve ensino formal, como sejam os Estudos Chineses:

“... lá existe uma segunda edição (New York: Burt Franklin, 1968) de Henri Cordier, e a sua continuação compilada por Tongli Yuan, lá existem dicionários diversos e publicações do *Institutum Historicum S. I.* de Roma.”

A. E. Maia do Amaral
Os fundos da Biblioteca Geral ... relativos à China, 2013

GANHAR LIVROS E TAMBÉM PERDÊ-LOS

Antes da criação das bibliotecas especializadas anexas às Faculdades e Departamentos, a aquisição de livros era feita apenas pela Biblioteca (ou “Livraria”) da Universidade, antecessora da Biblioteca Geral. Em momentos de maior prosperidade, chegou a adquirir “tesouros” que hoje seriam impossíveis de disputar com instituições mais prósperas e mais determinadas, num mercado livreiro muito competitivo: a “Bíblia Hebraica”, por exemplo, comprada antes de 1857. Mas o seu enriquecimento bibliográfico não foi contínuo: os séculos 16 e 17, por exemplo, assistiram a perdas significativas da “Livraria” a favor dos jesuítas. E noutras ocasiões, os livros diminuídos à biblioteca universitária foram-no por roubo, por má gestão e até por enganos, que supomos de boa-fé. Refiro o caso curiosíssimo de um livro raro adquirido ao livreiro Reycend e Companhia, em 29 de julho de 1780, pelo então “Bibliotecário” doutor António Ribeiro dos Santos:

Jornada que o senhor Antonio de Albuquerque Coelho governador e capitam geral da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, fes de Goa athe chegar a ditta cid(ad)e : dividida em duas partes.

[Macau ou China: s.n., 1718].

Dos 8 exemplares conhecidos desta obra, o único em Portugal encontra-se hoje na Biblioteca Nacional de Portugal, e suponho que tenha sido “o nosso” que foi por engano para Lisboa com a livraria pessoal de Ribeiro dos Santos, acabando por dar entrada na Real Biblioteca Pública da Corte, antecessora da BNP.

UMA DÍVIDA POR RECONHECER

Frequentemente se ignora (ou se teima em não reconhecer) o quanto devem à preocupação “universalista” da *Livraria da Universidade* as primeiras bibliotecas especializadas da UC: a Biblioteca de Astronomia (após 1799), a biblioteca da Faculdade de Filosofia (antes de 1852), a Biblioteca Matemática (1913), a biblioteca do Instituto Botânico, etc. Não foram criadas apenas, como se podia esperar, à custa do investimento das próprias Faculdades e Departamentos, mas a partir do grande depósito de livros dos conventos e colégios extintos em 1834 e da generosidade da mais antiga biblioteca da instituição. Fazer omeletes... com os ovos do vizinho, é bem mais saboroso!

“Faz parte do espólio da Biblioteca da Faculdade de Direito de Coimbra – considerada entre as melhores bibliotecas jurídicas do mundo – uma magnífica colecção de livro antigo, constituída, na sua maioria, por obras recebidas da livraria do antigo Colégio de São Pedro.”

José de Faria Costa,
Apresentação [em linha] da Biblioteca Digital da FDUC, 2007

Esta afirmação será porventura verdadeira, mas é redutora: que muitas obras preciosas da Biblioteca da FDUC também vieram da Biblioteca da Universidade, atestam-no inúmeros *super-libros* com a imagem do mocho e a legenda “Livraria da Universidade” dourada nas encadernações. Mas porque todas essas bibliotecas especializadas nasceram um pouco “contra” a BGUC, que não conseguia prover às necessidades sentidas, ainda lhes custará porventura reconhecer a dívida.

A Biblioteca da Universidade não só “abriu mão”, por assim dizer, dos fundos especializados que as novas bibliotecas iam requerendo para o seu funcionamento como nelas “depositou” muitos livros: a edição da *Flora Fluminensis* em 11 preciosos volumes oferecida à Biblioteca da Universidade pelo Imperador D. Pedro do Brasil, em setembro de 1840, foi colocada em depósito na biblioteca do Departamento de Botânica da UC.

NECESSIDADE DE UMA VISÃO DE CONJUNTO

Quando se pede à BGUC apoio técnico para o tratamento, a transferência ou o acondicionamento de fundos antigos, é frequente depararmo-nos com as velhas marcas de posse da “Livraria”. Também com a aquisição das câmaras de expurgo por anóxia para o tratamento preventivo dos livros da BGUC, começámos a ser solicitados para desinfestar fundos de “Livro Antigo” de outras bibliotecas da UC. Solicitações a que respondemos favoravelmente e sem custos, sempre que possível. E, quando os livros nos chegam para passar ali os 21 dias sem oxigénio, fica sempre evidente essa pertença remota de muitos deles à “Livraria da Universidade”, como foi ainda recentemente o caso do fundo antigo do Observatório Astronómico e Magnético.

Caso paradigmático de como os livros da BGUC se foram distribuindo extensamente por outras bibliotecas é o daqueles que estão incompletos numa biblioteca porque deixaram para trás, na BGUC, um vol. 2, por exemplo.

E isto levantaria questões acerca da gestão dos fundos bibliográficos patrimoniais: num tempo de digitalização, basta que um sistema informático partilhado nos permita encontrar a localização da totalidade dos livros ou deve considerar-se nalgum destes casos uma reunião física de volumes desgarrados, que sejam da mesma edição, por exemplo? ●

LIVROS DA VIDA

JOSÉ REIS FEUC

Este texto resulta do entendimento que fiz da sugestão inicial do Carlos Fortuna : escrever sobre o que se lia, o que eu lia, em matéria de Economia (a disciplina, este ramo de um conhecimento que se ambiciona amplo) e da economia (a vida material do país e do mundo) há cinquenta anos, quando a nossa Faculdade foi criada e eu estava a entrar no primeiro primeiro ano. Apelar-se-ia, nesta minha interpretação, a um registo pessoalista e subjetivo, a um exercício de memória. Não deixei depois de presentir que o pedido comportaria também a sugestão, não sei se mais explícita se mais implícita, de uma aproximação geral ao caminho percorrido pelas ideias económicas neste já longo intervalo de tempo.

Tenho feito ambos os exercícios: o de me interrogar sobre que Economia faço quando estudo, exerço as minhas escolhas e faço opções e o de procurar não perder o sentido dos lugares por onde ando, sabendo que o pensamento económico constitui um universo largo, formado por campos muito diversos, conflituais, com massas e velocidades distintas, sendo certo que uns são dominantes e outros resistentes. São aliás estas duas circunstâncias que permitem que se assuma, como sempre tenho feito, que a Economia é um domínio privilegiado para escolhermos caminhos e desenvolvermos as nossas

Naqueles inícios dos anos 70, um miúdo como eu, que queria começar a perscrutar o que era a Economia e como é que ela se estudava, descobria rapidamente a Economia do Desenvolvimento. Encontrava aí uma resposta eventual para a convicção de que a Economia é a disciplina que estuda a organização da vida material, a criação de riqueza, o seu uso e a capacidade de nos colocarmos numa trajetória de evolução, rumo às ambições do progresso, da qualificação, quiçá da felicidade. Albert O. Hirschman (que, significativamente escolhemos para ser o primeiro economista que fizemos nosso doutor *honoris causa*), André Gunder Frank, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Raúl Prebisch, porventura, W. W. Rostow, para satisfazer o apetite crítico – eis alguns dos nomes (que mais tarde seriam chamados *Pioneiros do Desenvolvimento*) que, de memória, se podem citar. O campo podia alargar-se com Karl Polanyi, de que os economistas não falavam, mas que outras sabedorias já nos apontavam, ou com Gunnar Myrdal, Prémio “Nobel” (junto com F. Hayek) no mesmo ano que na FEUC decorria o nosso primeiro ano, e que não demoraria que eu ouvisse em Lisboa, em pessoa. O objetivo era claro: compreender a vida, possibilitar a deliberação, comprometermo-nos com o futuro. Há pouco tempo, reparei por acaso, com alegria e algum narcisismo,

exato em que organizámos devidamente a relação complexa entre as motivações políticas (os bons fatos da vida) e leitura substantiva, fundada e informada, da sociedade, da economia, dos países, da vida material (repito deliberadamente a expressão que já aqui usei antes).

E havia as leituras portuguesas. Portugal não era um país vibrante em matéria de literatura económica, mas havia luzes brilhantes. João Martins Pereira. Alguns dos meus amigos, mesmo entre os que não estudavam Economia, já tinham lido *Pensar Portugal Hoje* (1971) e eu tratei disso. E bem nas vésperas do 25 de Abril este autor absolutamente referencial tinha para publicar *Indústria, Ideologia e Quotidiano* (entrou na tipografia no dia 22 daquele mês de 1974). Havia, pois, um lugar para nos acolhermos, para aqueles que queriam ligar a economia com a vida, com a deliberação democrática, com as trajetórias em aberto no país, na Europa, no mundo. *Sistema Económico e Consciência Social* (1980), publicado nas coleções do Centro de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, por onde eu também andava naquele momento, seria outro livro marcante deste autor. Nunca mais deixei de acompanhar a sua escrita. No último texto de que sou coautor (com João Rodrigues, o melhor companheiro para regressar continuamente a João Martins Pereira,

“(...) ocorreu uma longa sucessão de elaborações intelectuais, debates e delimitações de campos, num processo, aliás, em que a Economia vai procurando impor-se como disciplina performativa, isto é, destinada a ajustar a realidade a uma certa norma ou visão (...)”

“afinidades eletivas” (eu gosto do termo e do livro de Goethe que tem esse título), pois só por simplificação se pode pensar que esta é um corpo unitário, monolítico.

Há cinquenta anos estavam a chegar ao fim as três décadas do pós-guerra – a que muitos, noutras paragens e para representarem outras vidas que não as de uma periferia europeia, chamaram trinta anos gloriosos. Mas esta expressão era para qualificar o que se passava no mundo “laico”, mais do que para qualificar o pensamento económico erudito que estava notoriamente atrasado face à realidade e que, na verdade, depois de Keynes, não tinha nada que o recomendasse particularmente, a não ser nalguns campos localizados.

Desde aí ocorreu uma longa sucessão de elaborações intelectuais, debates e delimitações de campos, num processo, aliás, em que a Economia vai procurando impor-se como disciplina performativa, isto é, destinada a ajustar a realidade a uma certa norma ou visão por si fixada, mais do que a interpretá-la e a abrir o espaço da deliberação coletiva e democrática.

que o primeiro texto que publiquei tinha no título de uma das secções a expressão “economia política do desenvolvimento”. Não nego que achei que o meu caminho ficou bem nomeado no momento em que o iniciava. E, por um momento, até admiti que os meus colegas que, muito mais tarde, há meia dúzia de anos, me escolheram para primeiro presidente da Associação Portuguesa de Economia Política talvez tenham tido uma pequena pinga de razão ao tomarem tal iniciativa.

Claro, estávamos naquele ano concreto e preliminar de 1973. Eu vivia na Praça da República e vagabundeava pelos lugares dos espíritos inquietos e das “queixas das almas jovens censuradas” (“dão-nos um nome e um jornal; um avião e um violino” e nós procurávamos “o animal que espeta os cornos no destino”, visto que esse ainda não no-lo tinham dado, cantava desde 1971 José Mário Branco com as palavras de Natália Correia). Estavam por perto Marx e os marxismos, quer dizer o lugar da interpretação das raízes dos edifícios em que vivíamos, da teoria crítica, da visão alternativa, livre e informada. Não vou dizer que sei qual foi o momento

e com Ana Costa), e que vai sair em breve, lá está a referência e a marca deste autor. E havia, obviamente, Francisco Pereira de Moura. Por causa das *Lições de Economia* que estudávamos no primeiro ano e da *Análise Económica da Conjuntura*, que nos ocupava no segundo. Mas também ou sobretudo por causa de *Por Onde Vai a Economia Portuguesa* (1969), onde, de novo, se encontrava o campo estimulante da análise e interpretação das estruturas do país e os fundamentos para o debate, fosse ele sobre o planeamento, a industrialização, a Europa ou simplesmente sobre a dignidade humana. Coisas antigas... A estes nomes há, evidentemente, que juntar os de Mário Murteira, que nos daria algumas aulas, de Manuela Silva e de João Cravinho cuja ação no GEBEI (Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial) significou, de forma singular a construção de “um pensamento económico estruturado na periferia da Europa”, de que fomos beneficiários no nosso primeiro curso, quando esta equipa se encarregou da disciplina de Planificação Económica. E, para nós, na FEUC, havia António Simões Lopes – *Desenvolvimento Regional: Problemática, teoria, modelos* (1987), cujos fundamentos estudámos nas suas aulas e por onde eu entrei para a aprendizagem sobre espaço,

“O desafio é sempre o mesmo: compreender a economia como um sistema de produção e de provisão, de criação de valor e de bem-estar, uma condição para organizar a vida.”

território, regiões (porventura a porta mais próxima para compreender a complexidade). Pode ter demorado décadas a que eu, para meu uso, chamasse a tudo isto Economia Impura, mas estou certo que foi neste arrumar de ideias e de interesses que tudo começou.

Este é, evidentemente, o meu pequeno mundo (pequeno, mas bastante povoado). Ao lado havia outros. Os dos que procuravam na Economia as certezas que acomodam, os *rattios* e os coeficientes, a eficiência, uma racionalidade certa-certinha, tão certinha que serve para muito pouco. Enfim, os saberes abrigados, o mais possível alheios às turbulências e às convulsões, à “ideologia”, como se dizia e diz com aquele sentido sibilino que se sabe. Não faltou pão para esta fome. Pão seco, digo eu. Mas é verdade que o pão seco também tem lugar nas gastronomias complexas.

Por isso, sendo esta disciplina formada por tanta coisa, podemos nomear os vizinhos que preferimos e nos são próximos e os que situamos mais longe, na sua labuta própria, de que, tal como nós, colherão bons ou maus frutos. Olho para a estante que tenho em frente e lá vejo a teoria do crescimento (que Solow, um nome maior, tinha esculpido com uma elegância que hoje falta numas *lectures* de 1969, lembradas quando recebeu o “Nobel” em 1987), assim como vejo o novo keynesianismo que soterrou o mestre com destroços que ele jamais quieria, a teoria das expectativas racionais, essa “extrema antítese” de Keynes e um *offshoot* radical do já de si pouco recomendável monetarismo que nos tinha chocado com o que foi fazer ao Chile, sem que muitas almas académicas se doessem. Enfim, os ambientes onde a síntese neoclássica queria situar-se de modo respeitável e perante os quais as resistências a tais visões nunca desistiram nem abrandaram. Os pós-keynesianos asseguravam que Keynes e Kalecki mantivessem os seus lugares ao abrigo dos agravos e outras correntes foram contribuindo para o que tanto podemos considerar uma permanente demonstração da “conflitualidade interna das ciências sociais” como um galhardo exercício de pluralismo na Economia, um termo a que, com razão e por muitas razões, se foi dando um significado cada vez mais nobre.

Por isso, regresso à bitola da via por onde comecei a fazer o meu exercício de memória, que é a das minhas próprias deambulações, o modo como, a partir do meu canto, fui vendo o panorama da Economia. Com esta liberdade de relatar preferências, escolho dois grandes campos onde mais me fui sentindo em casa: o do institucionalismo e o da teoria da regulação (estes, e particularmente o último, podem ser considerados os meus particularismos). Como muita outra coisa, há grandes momentos de evolução no pensamento que resultam do avivar de velhas intuições e de referências anti-

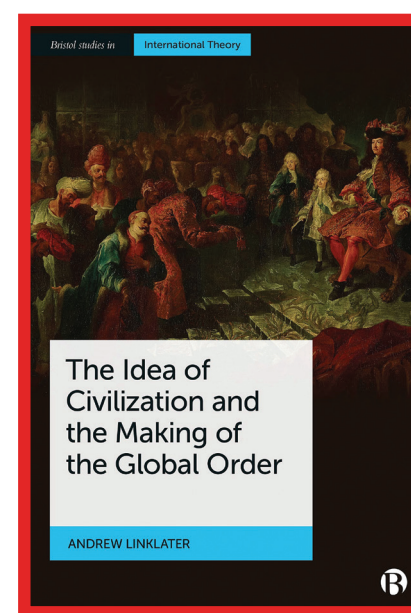
gas. Foi assim quando se passou a falar com particular vivacidade de instituições, institucionalismo e economia institucionalista. Esse foi, entendo eu, um momento relevante do panorama das ideias económicas ao longo deste meio século. Thorstein Veblen (1857-1929) e John Commons (1862-1945) são geralmente vistos como as referências para visões mais complexas, interdisciplinares e críticas que têm hoje um espaço conquistado nos debates e na academia. A este cânone juntaram-se as formas de ver que almejavam conquistar o reconhecimento convencional, conseguindo-o. Basta nomear os “Nobel”: Ronald Coase (1991), Douglass North (1993), Oliver Williamson e Elinor Ostrom (2009), ditos novos institucionalistas. Eis um campo muito aberto que perpassa por muitas questões reconquistadas para um entendimento complexo da Economia.

A teoria da regulação, a chamada escola francesa da regulação, pode hoje ser vista como um braço da economia institucionalista. Mas a verdade é que o termo não tinha difusão significativa quando este campo muito estruturado iniciou o seu caminho em 1976 com o livro de Michel Aglietta *Régulation et crises du capitalisme*, nem quando Robert Boyer e Jacques Mistral escreveram *Accumulation, inflation, crises* (1978) ou Alain Lipietz publicou (em 1979), *Crises et inflation. Pourquoi?*, antes de se dedicar, dentro do regulacionismo, a questões de espaço e territórios. Aglietta, Boyer e Lipietz aqui estiveram, na FEUC, juntando-se assim aos que (Gérard Destanne de Bernis ou Claude Courlet), noutra escola da regulação, a de Grenoble, mostram o significado de um pensamento europeu estruturado e capaz de contribuir para um pluralismo aberto e conhecedor.

Pelo meio, numa síntese do que acabei de citar, juntam-se a economia internacional, os debates sobre a integração e o que, de forma simplista, se convencionou chamar globalização. Parece-me que há um dado inquestionável cuja demonstração implicaria muitas folhas para que a árvore ficasse bem desenhada: as últimas décadas foram tanto o tempo em que se delimitaram redutos como o tempo em que se consolidou o que, para simplificar, vou chamar perspectivas contemporâneas de economia política. É, afinal, o tempo em que se tornou possível fazer escolhas – optar pela complexidade e por uma relação com os problemas substantivos, tanto os trágicos como os que alimentam alternativas –, ou, então, recolhermo-nos às certezas que aquietam, mas podem eventualmente não ser mais do que o conforto dos lugares vigiados. O desafio é sempre o mesmo: compreender a economia como um sistema de produção e de provisão, de criação de valor e de bem-estar, uma condição para organizar a vida. E saber o suficiente para, pelos menos, declararmos as nossas afinidades e prosseguir um debate que só é interessante se for complexo e admitir o contraditório. ●

THE IDEA OF CIVILIZATION AND THE MAKING OF THE GLOBAL ORDER.

Linklater, A., Bristol:
Bristol University Press, 2021



Trata-se do livro mais recente de Andrew Linklater, Professor Emérito no Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Aberystwyth. Neste livro, que segue *The Problem of Harm in World Politics: Theoretical Investigations* (2011) e *Violence and Civilization in the Western States-Systems* (2016), Linklater promove uma síntese entre a sociologia processual de Norbert Elias e a Escola Inglesa de Relações Internacionais com a intenção de proporcionar uma análise da ordem internacional e seu desenvolvimento. Esta síntese, permite a Linklater expandir substancialmente o esquema teórico de Norbert Elias sobre o ‘processo civilizacional’, ou seja, o conjunto de processos sociais subjacentes ao desenvolvimento da ideia de ‘civilização’ na Europa, para demonstrar como a noção de ‘civilização’ influenciou a relação entre sociedades europeias e sociedades não-europeias na construção da ordem mundial contemporânea. Através de uma análise que mostra a interdependência entre processos de construção do estado, colonização e descolonização, e desenvolvimento e expansão da sociedade internacional, assim como dos seus padrões de comportamento legítimo, Linklater oferece uma perspectiva inovadora que quebra barreiras disciplinares entre as relações internacionais, a sociologia e a história e oferece pistas para o desenvolvimento de uma abordagem mais integradora ao estudo do longo processo de desenvolvimento da humanidade. ●

[327 LIN]
André Saramago
FEUC

A CONSOLIDAÇÃO DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL

CARLOS FORTUNA FEUC

Desde há uns 50 anos, entre as Ciências Sociais que compõem o leque das disciplinas universitárias de hoje, a Sociologia é a que apresenta o mais veloz trajeto de consolidação. Com um estatuto académico e institucional recheado de ambiguidades, durante o Estado Novo, quando era tida como saber “subversivo”, a Sociologia estava limitada à experiência de *ensino* conduzida no Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE). Por seu turno, o exercício de *investigação* era apenas promovido pelo Gabinete de Investigações Sociais (GIS), sediado no então designado Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF). Em ambos os casos era manifesto o compromisso seminal com a Igreja Católica, até que os trajetos de ambas as experiências se foram laicizando gradualmente e, de modo mais acentuado, na sequência da democratização política iniciada em abril de 1974.

As reformas políticas, institucionais e sociais geradas a partir de então tornaram-se o terreno fértil em que a Sociologia viria consolidar-se. De um lado, a agitação política desafiou a curiosidade e o desejo de compreender o modo como a sociedade portuguesa se estava a transformar. Foi o tempo da generalizada mancha de protossociólogos/as, digamos assim, a propor as mais diversas soluções de mudança sociocultural nos espaços públicos. A esta sociologia informal, de outro lado, juntou-se o fervilhar universitário que impôs rearranjos institucionais que marcariam o fluir da Sociologia em Portugal, através do seu reconhecimento na Academia. As pioneiras experiências institucionais já referidas viram reforçar-se o seu vínculo universitário e multiplicarem-se as soluções académicas de *ensino* e *investigação*.

Por entre o hesitante dualismo weberiano e gurvitchiano, de uma ciência social, diga-se, de uma Sociologia dividida entre vocação e profissão que orientara grande parte da reflexão filosófica dos primórdios da Sociologia entre nós, acabaria por se estabelecer a lógica pragmática do ensino e por conferir à disciplina a feição prática de recurso de profissionalidade e emprego. O surgimento, no ano de 1985, da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) e o debate gerado no seu seio pelo grupo de sociólogos/as “profissionais” (distinto dos/das “académicos/as”) foi uma marca indelével desta reconfiguração profissionizante da Sociologia em Portugal.

Com a reforma da experiência de Évora e o surgimento da Licenciatura no ISCTE em Lisboa, a Sociologia sofreu os seus primeiros embates com o mundo académico europeu. O traço mais saliente da sua condição foi o reconhecimento do caráter tardio da sua institucionalização. O recurso a ecléticos académicos estrangeirados – sociólogos/as, antropólogos/as, psicólogos/as,

historiadores/as e ex-eclésiásticos – com formação obtida no exterior revelou ser a alternativa mais expedita para superar o débil tecido académico nacional do imediato pós-25 de Abril. Com manifesta preponderância cultural e académica francófona, esta solução arrastou consigo um conjunto de novas referências, leituras, temáticas e metodologias. Às leituras iniciáticas, próprias dos inícios da formação teórico-metodológica em Sociologia – Adérito Sedas Nunes (*Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, 1970), de Marinús Pires de Lima (*O Inquérito Sociológico*, 1973) e João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto (*A Investigação nas Ciências Sociais*, 1976) – vieram juntar-se textos de Althusser, Poulantzas, Castells, Bourdieu, Passeron, Touraine, Bachelard e outros. Os horizontes sociopolíticos desta Sociologia em formação alargaram-se brutalmente. A recepção de outros nomes da Sociologia europeia foi mais demorada e mesmo errática, como sucederia, por exemplo, com autores como Marx, Simmel, Giddens ou Elias. Permaneciam, porém, as leituras de clássicos como Comte, Durkheim ou Weber cujas traduções – em grande parte oriundas do potente mercado livreiro brasileiro – aportuguesavam e atualizavam gradualmente a disciplina. Para a redução do estrangeirismo originário da Sociologia portuguesa foi também relevante a leitura de publicações de perfil só marginalmente académico e só formalmente sociológico, como os *Cadernos de Circunstância* (1975), súpula dos trabalhos de um grupo de jovens retornados do exílio, e o *Indústria, Ideologia e Quotidiano* (1974) de João Martins Pereira, outras publicações de feição marcadamente político-literária como a *Seara Nova* e mesmo jornais como o rosado *Comércio do Funchal*, que alguns docentes incluíam no rol de leituras sugeridas.

A este primeiro ciclo modernizante da Sociologia em Portugal, um outro ciclo começou a esboçar-se. Para tanto, contribuiu, a partir dos anos 80, uma geração de académicos portugueses, estrangeirados ou não, entre os quais sobressaem os nomes de Boaventura de Sousa Santos, João Ferreira de Almeida, António Barreto, Manuel Villaverde Cabral, António Teixeira Fernandes, José Madureira Pinto, Maria de Lurdes L. dos Santos, Manuel Braga da Cruz ou Afonso de Barros. Os seus trabalhos surgem a par

(1) do surgimento ou consolidação de Centros de Investigação como o Instituto de Ciências Sociais (surgido em 1982 e herdeiro do anterior GIS) e o Centro de Estudos Sociais (fundado em Coimbra em 1978), hoje Laboratórios Associados, com acreditação formal da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que antecedem outros congêneres constituídos em outras tantas universidades nacionais;

“A esta sociologia informal, de outro lado, juntou-se o fervilhar universitário que impôs rearranjos institucionais que marcariam o fluir da Sociologia em Portugal (...)”

“(...) a Sociologia em Portugal, de novo em resultado do seu processo de institucionalização, é hoje uma área inegavelmente aberta ao diálogo com outras disciplinas, constituindo-se num arquipélago de pensamentos e metodologias que a tornam um caso de múltiplas singularidades epistémicas (...)”

(II) do aparecimento ou reforço da atividade editorial com a multiplicação de revistas da área (*Análise Social, Sociologia, Problemas e Práticas, e Fórum Sociológico* – em Lisboa; *Economia e Sociologia* – em Évora; *Revista Crítica de Ciências Sociais* – em Coimbra; *Configurações* – em Braga; e *Sociologia* – no Porto);

(III) da criação de Licenciaturas e Doutoramentos em Lisboa, Porto, Braga, Évora, Covilhã, Faro e Ponta Delgada), uns de natureza assumidamente disciplinar e outros de orientação temática e mesmo interdisciplinar;

(IV) por último, da já referida formação da APS, promovida por um pequeno grupo de 8 dezenas de membros, mas que ultrapassará hoje os 2000 associados (incluindo estudantes) para o que muito contribuirão os Congressos regulares que tem organizado.

Este ciclo da vida da Sociologia em Portugal não pode encerrar-se sem a referência a três traços de uma condição disciplinar que revela inusitadas aberturas e confluências. Algo paradoxalmente, fruto do seu surgimento tardio, a primeira nota a fazer é a da abertura internacional da nossa Sociologia. Ao contexto francês dominante numa primeira fase, a Sociologia passou também por uma anglossaxonização com numerosos doutoramentos e o estabelecimento de convénios e programas de ensino e investigação com países de fala inglesa. Neste capítulo, registre-se ainda a feliz aproximação à academia brasileira para o que foi decisiva a realização do 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (promovido pelo CES em 1990) – ocasião em que tive a subida honra de fazer o elogio público do trabalho e da personalidade de Florestan Fernandes, esse notável prioneiro da Sociologia Brasileira, tornado então Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra. Em segundo lugar, e associada a esta alargada internacionalização, multiplicaram-se as temáticas sociológicas presentes no ensino e na investigação das últimas décadas. De um limitado número de áreas de especialidade – com predomínio dos mundos da política, do rural, da educação, da família e das migrações – a Sociologia em Portugal acomoda hoje assinalável diversidade de objetos que vão dos direitos humanos à pós-colonialidade e às questões de género e LGBT+; ou das urbanidades à violência doméstica e ao ambiente e antropoceno, para referir apenas algumas áreas em destaque. Por fim, a Sociologia em Portugal, de novo em resultado do seu processo de institucionalização, é hoje uma área inegavelmente aberta ao diálogo com outras disciplinas, constituindo-se num arquipélago de pensamentos e metodologias que a tornam um caso de múltiplas singularidades epistémicas no panorama internacional.

Estas referências, inseridas neste *MIL FOLHAS* que, sediado em Coimbra, privilegia o livro, a leitura e o (seu) lugar, reclamam uma última secção nesta modesta reflexão. Começo por referir o enquadramento da Sociologia de Coimbra numa Faculdade de Economia e dispenso quaisquer considerações relativas a interdisciplinaridade que a partilha situacional desta institucionalização pode enunciar. Refiro de seguida o Centro de Estudos Sociais, de que fui um dos fundadores em 1978, e que revela um destacado lugar cimeiro entre as instituições académicas de investigação em Sociologia e mais amplamente em Ciências Sociais, resultante do leque variado e da natureza múltipla dos grupos de investigação que alberga, do número e do perfil das publicações que promove, dos encontros e iniciativas científicas que organiza, dos doutoramentos que oferece, da intensa e muita ativa internacionalização que o caracteriza e, *last but not least*, do reconhecimento nacional e internacional que granjeia no mundo da ciência e da investigação em Ciências Sociais.

Referidos alguns livros e autores e dada atenção a vários lugares da Sociologia portuguesa de hoje, resta-me tentar referenciar algumas leituras sociológicas. Decidi, para tanto, consultar as obras de Sociologia, no mais estrito sentido, existente nas bibliotecas Norte-Sul do CES e da Faculdade de Economia. O seu número aproxima-se do milhar de entradas. Ainda comecei, resoluto, por elencar a pioneira reflexão contida em “Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial” (1985) e *Um Discurso sobre as Ciências* (1987), de Boaventura de Sousa Santos e julgar que o espaço limitado que o *MIL FOLHAS* me disponibiliza tornaria legítima a ausência de referências a outros livros e leituras deste e de outros/as colegas com que fui partilhando o meu quotidiano de quase 50 anos de sociólogo em Coimbra. E depois os outros títulos de colegas do país inteiro...

Assustado com o que seria esta tamanha estultícia e perante tão espinhosa tarefa, refugiei-me, isso sim, na experiência de Liev Tolstói que, segundo Vladimir Jankélévitch, ensaiou escrever, aos 23 anos de idade, o que seria a História do Dia de Ontem. Pareceu-me adequado aos meus propósitos de, recorrendo aos títulos produzidos, retratar o tempo próximo e acelerado – na verdade parece que foi ontem – da constituição e consolidação da Sociologia portuguesa. Desenganei-me no instante seguinte. E, qual Tolstói que, dado o monumental emaranhado de acontecimentos que o seu pretendido empreendimento continha, considerou impossível descrever o dia de ontem e desistiu da ideia, também eu abandonei a ideia de produzir uma serena *reading list* da Sociologia portuguesa das últimas 5 décadas. A disciplina sociológica em Portugal não foi apenas rápida e prene de furtivos acontecimentos na sua consolidação. Foi também muito intensa e prolixa na sua escrita. ●

SUGESTÕES DE LEITURA

MULHERES DA MINHA ILHA, MULHERES DO MEU PAÍS – IGUALDADES QUE ABRIL ABRIU

Ana Cristina Pereira, Lisboa:
Bertrand Editora, 2022, 263 pp



Da autoria de uma das mais conceituadas jornalistas da imprensa escrita portuguesa, que nos seus trabalhos tem abordado as margens do social com um olhar profundamente sociológico e partindo de 23 histórias de vida e de entrevistas feitas a mais de 100 pessoas, este livro mostra como as abordagens biográficas, embora individuais, trazem os mundos sociais.

Rompendo o silêncio e o silenciamento na história, conta-nos de múltiplos temas da nossa sociedade e história recente a partir das vozes e das vidas das mulheres de um *lugar território* – a Madeira –, um *lugar casa* e ao mesmo tempo um *lugar mundo*. Mas o livro é muito mais do que uma história sobre as mulheres ou sobre a Madeira. Da mesma forma que as *Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas, ainda hoje o é.

Com um olhar interseccional e situado, proporciona-nos um relato histórico e sociológico acerca do processo de modernização da Madeira e do país, mas também das várias dimensões de discriminação patriarcal, que condicionam as vidas das várias gerações de mulheres apresentadas, assim como os fatores que entreteceram trajetórias de emancipação e mudança. ●

[396 PER]
Rosa Monteiro
FEUC

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TEORIAS, PRÁTICAS E O ENSINO DA GESTÃO

JOÃO LISBOA FEUC

Desde os primórdios da humanidade as pessoas sentem a necessidade de serem dirigidas. À medida que as sociedades se foram desenvolvendo, mais complexo se tornou o modo de as gerir, deixando de ser possível seguir os processos intuitivos, característicos das sociedades antigas, passando a necessitar-se de métodos científicos de gestão. As primeiras tentativas de uma verdadeira teoria empresarial são encontradas a partir da Revolução Industrial devido ao aparecimento de novas tecnologias, à transformação de matérias primas e à gestão de um grande número de trabalhadores.

Com a revolução industrial, inicia-se um processo para a procura de aumentos de produtividade. O taylorismo inicia a sua caminhada e encontra-se bastante difundido por volta de 1920, apesar das críticas de que é alvo devido à sua má aplicação por parte de empresários menos escrupulosos. O desenvolvimento das ciências sociais, nomeadamente da psicologia e da sociologia, dá origem a novas teorias organizacionais. A experiência realizada na Western Electric Company, em Hawthorne, uma cidade perto de Chicago, no período 1924-1933, dá origem a uma nova maneira de procurar melhorias na produtividade, a denominada “Escola das Relações Humanas”, dando assim origem à substituição do chamado “homem económico” e do “piece work man” pelo “homem social”. Procura-se agora melhorar a produtividade das organizações não só através de incentivos materiais, mas também com a preocupação do bem-estar dos trabalhadores. É neste período que surgem numerosas propostas que procuram explicar a natureza e o comportamento da gestão das organizações, todas elas com o objetivo de melhorar a produtividade das empresas. Na década de 80, a Gestão pela Qualidade Total inicia o seu caminho com os trabalhos de Edward Deming, Tom Peters e Robert Waterman, entre outros. Estes autores procuram combinar os aspetos teóricos com a experiência prática, propondo um conjunto de princípios de gestão (os 14 princípios de Deming), nos quais a melhoria contínua dos processos de fabrico, o envolvimento dos trabalhadores, a ênfase na satisfação dos clientes e a educação são considerados os aspetos fundamentais para o sucesso empresarial. À ideia do homem económico, motivado apenas por bens materiais ou à do homem social motivado pelas condições ambientais, contrapõe-se agora a importância da responsabilidade dos trabalhadores num ambiente de inovação e melhorias contínuas. Outros autores dominam a cena das teorias empresariais. Peter Drucker partilha as opiniões daqueles autores, afirmando que a importância dos recursos humanos é um passo decisivo na evolução dos métodos de gerir uma empresa, nomeadamente no que respeita ao sucesso de uma gestão por objetivos (MBO). Dentro deste movimento, aparecem novos conceitos e maneiras de abordar a gestão das organizações, tais como reengenharia, downsizing, lean production, JIT, entre outros, mais ou menos globa-

lizantes, dependendo o seu sucesso da forma como estes são implementados. Assistimos assim, na gestão das empresas, a uma crescente valorização dos recursos humanos e ao aproveitamento da criatividade dos trabalhadores. Contudo, do ponto de vista da sua implementação, a verdadeira medida da contribuição de uma teoria para o sucesso da empresa é a sua capacidade de ser aplicável numa grande variedade de contextos empresariais. Surge assim a necessidade de definir, em simbiose com uma teoria, uma estratégia que permita tirar partido das vantagens competitivas da empresa. Michael Porter propõe uma tipologia estratégica conhecida por “Porter’s Generic Strategies (1980)”, identificável pelas variáveis utilizadas pela empresa na concretização da sua estratégia implícita, permitindo a sua identificação por forma a que os gestores possam enfrentar com melhor conhecimento o ambiente competitivo em que operam.

Em Portugal, para se perceber o modo de gestão das empresas portuguesas, é necessário conhecer o contexto empresarial em que estas estão inseridas, o qual vai condicionar o comportamento dos gestores. Depois de uma época de crescimento acentuado da economia entre os anos 50 e 1973, segue-se uma década de pessimismo, fruto de uma falta de preparação por parte das empresas portuguesas para enfrentarem uma concorrência proveniente dos mercados internacionais. De facto, até 1973, as empresas portuguesas encontravam-se protegidas da concorrência do exterior em virtude da política protecionista então em vigor. O mercado encontrava-se garantido, as colónias absorviam todos os excedentes que a indústria nacional produzia. Procurava-se produzir grandes quantidades a um baixo custo, o taylorismo era a forma de organização dominante. Segue-se um período de adaptação entre 1974 a 1986, ano em que Portugal passa a ser membro pleno da Comunidade Europeia. É durante este período que se assiste à introdução de novos conceitos de gestão, nomeadamente à preocupação das empresas de procurarem ser competitivas através da diferenciação dos produtos que fabricam e da qualidade dos mesmos. Estes comportamentos organizacionais, juntamente com outros fatores de natureza económica, vão contribuir para um período de crescimento acelerado da economia até ao ano 2000. Acentuam-se, a partir deste ano, os esforços para a introdução dos conceitos de melhoria contínua e controlo de qualidade. Assiste-se a uma desmassificação da produção dado que as necessidades dos clientes são cada vez mais específicas e diversificadas. As questões ambientais passam a ser muito importantes, obrigando as empresas a introduzirem na sua produção tecnologias ecológicas. Entre 2008 e 2022, assistimos a grandes alterações do contexto económico internacional e nacional, reforçando a necessidade das empresas portuguesas adotarem o conhecimento, a educação e a comunicação como fatores fundamentais para o seu desenvolvimento e

“À ideia do homem económico, motivado apenas por bens materiais ou à do homem social motivado pelas condições ambientais, contrapõe-se agora a importância da responsabilidade dos trabalhadores num ambiente de inovação e melhorias contínuas.”

sobrevivência. Assiste-se também ao fenómeno das concentrações, embora este não tenha sido homogéneo entre os diferentes setores da atividade económica, sendo notado com mais intensidade no setor financeiro. Observa-se também, hoje em dia, mais do que a concentração, a tendência para que as empresas estabeleçam uma relação fornecedor-cliente ao longo da cadeia de abastecimento, de forma a tirar partido de uma relação tipo “win-win”, em substituição de posições de confronto. Por outro lado, as alterações recentes na economia mundial obrigaram as organizações a reconsiderar os seus modelos de gestão. A crescente importância da indústria chinesa e a expansão da união europeia levaram a que as empresas intensificassem e redefiniram o seu relacionamento com os seus clientes, nomeadamente através da utilização de tecnologias e práticas operacionais, como por exemplo o comércio eletrónico.

As empresas portuguesas enfrentam hoje uma forte competitividade proveniente do exterior, forçando os responsáveis pela gestão das organizações a adotarem métodos de gestão inovadores. Certamente não é tarefa fácil devido à sua inserção num contexto orientado por métodos de gestão tradicionais e à falta de parcerias inovadoras no âmbito da comunidade europeia.

No que diz respeito ao ensino da gestão em Portugal, temos que viajar até meados do século XVIII e encontrar na política comercial do Marquês de Pombal a causa que levou à criação em Lisboa da “Aula do Comércio”, instituição que foi fundada para responder à necessidade de formar quadros com uma formação que pudesse responder às carências de escrituração da época, nomeadamente das empresas

“Entre 2008 e 2022, assistimos a grandes alterações do contexto económico internacional e nacional, reforçando a necessidade das empresas portuguesas adotarem o conhecimento, a educação e a comunicação como fatores fundamentais”

que transacionavam os produtos vindos das colónias, e ainda para a administração do Estado. É nesta instituição que podemos encontrar a origem do ensino da gestão em Portugal, e que, depois de diversas vicissitudes deu origem à criação, em 1930, em Lisboa, do Instituto Superior do Comércio hoje denominado Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Em 1953, é criada a Faculdade de Economia da Universidade do Porto e, em 1972, é também criado o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e ainda o Instituto Superior de Ciências do Trabalho, onde são ministradas licenciaturas na área da gestão, estas últimas mais vocacionadas para a administração pública e ciências do trabalho. Finalmente, ainda no ano de 1972, é criada a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, oferecendo uma licenciatura em Economia. É nesta altura que é também criada a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, acabando-se, assim, com o monopólio do ensino das ciências económicas dominado até então pelo atual ISEG e pela Faculdade de Economia do Porto. A partir da década de 80, começam a proliferar as instituições que oferecem cursos na área da Gestão, tanto públicas — Minho, Trás-os-Montes, Aveiro, Beira Interior, Évora, Algarve, Madeira e Açores —, como universidades privadas, institutos politécnicos, ou escolas superiores privadas. Atualmente, existem em Portugal mais de uma centena de cursos na área da Gestão, com as mais diversas designações — Gestão da Marinha Costeira, Gestão Hoteleira, Gestão Industrial, Gestão dos Recursos Humanos, Gestão da Edificação e Obras, Administração Pública, Gestão da Restaurações e Catering, Gestão de Eventos, Gestão de Processos e Operações Empresariais, etc., apenas para mencionar alguns —, colocando-se a questão se existirá, em

Portugal, corpo docente devidamente habilitado para lecionar áreas tão específicas. Procura-se atrair os estudantes com a oferta de cursos de grande diversidade de designações e de imprecisões tecnológicas, nomeadamente nos cursos do 1.º ciclo, que deveriam proporcionar uma formação básica em Gestão. A legislação vigente, decorrente do processo de Bolonha⁴, procura ir ao encontro do crescimento excessivo da oferta de licenciaturas em Gestão, medíocres em muitos dos estabelecimentos de ensino superior públicos e privados, ao oferecerem especializações prematuras sem uma preparação generalista sólida, contrariando assim o objetivo de aumentar a competitividade do sistema de ensino superior europeu e de melhorar a sua qualidade.

Em 2007, dá-se a grande transformação dos planos de estudos na generalidade das instituições do ensino superior, de acordo com as diretrizes do citado “processo de Bolonha”. O despacho n.º 22129/2007 leva à redução dos planos curriculares das licenciaturas, agora 1.º ciclo de estudos, para três anos. Para minimizar as desvantagens decorrentes da diminuição da duração deste 1.º ciclo de estudos, a FEUC criou o Mestrado em Gestão, o chamado mestrado de fileira, correspondente ao 2.º ciclo de estudos, dando assim a possibilidade aos estudantes de completarem a sua formação, sendo particularmente significativo o número de estudantes que dele beneficiam.

Como figuras importantes no ensino da Gestão em Portugal é de destacar o Prof. Doutor Fernandes Vieira Gonçalves da Silva, cujos trabalhos na área da Economia da Empresa, nomeadamente na divulgação das doutrinas contabilísticas e financeiras, vão influenciar o ensino da gestão na segunda metade do século XX. O mérito dos trabalhos do Prof. Gonçalves da Silva foi reconhecido em Barcelona em 2 de março de 1980, pela Real Academia de Ciências Económicas e Financeiras, sendo nomeado, por esta Academia, académico correspondente para Portugal. Em 7 de Abril de 2000, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, o Prof. Rogério Fernandes Ferreira manifestou a sua congratulação pelo facto de a FEUC atribuir a uma sala o nome daquele distinto Professor. Rogério Fernandes Ferreira é também uma figura a destacar no panorama nacional, devendo-se a ele o contributo que nos deixou pela sua abordagem ética da gestão, nos domínios da Contabilidade e Fiscalidade.

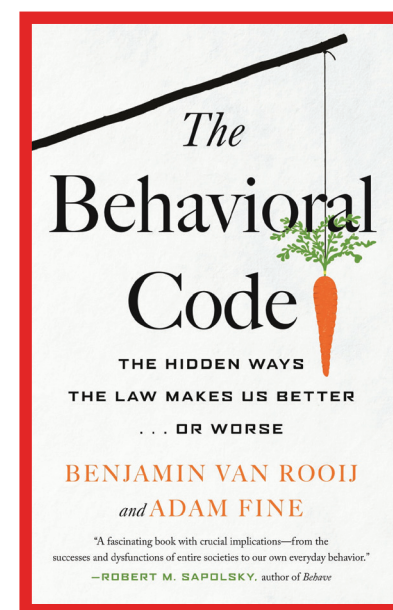
Estas breves considerações procuraram, muito resumidamente, descrever não só a evolução das teorias organizacionais, mas também o contexto operativo das empresas portuguesas. Na parte final do texto, caracterizamos o ensino da gestão em Portugal, terminando com uma referência a dois aurores que merecem o reconhecimento de todos aqueles que se interessam pelos assuntos de gestão. ●

⁴ Declaração de Bolonha de 19 de junho de 1999.

SUGESTÕES DE LEITURA

THE BEHAVIORAL CODE. THE HIDDEN WAYS THE LAW MAKES US BETTER...OR WORSE.

Rooij, B. van, Fine, A. Boston,
Beacon Press, 2021.



“O Direito é o sistema mais importante de que dispomos para sustentar as nossas sociedades complexas. (...) Mas o direito só é eficaz se conseguir moldar o comportamento humano e organizacional” (tradução própria). Este excerto, retirado do último capítulo de *The Behavioral Code* parece resumir a glória e o drama que o Direito encerra. Escrito por Benjamin van Rooij, jurista holandês, e Adam Fine, criminologista e cientista comportamental norte-americano, o livro tem no subtítulo a melhor síntese do seu conteúdo: *The hidden ways the law makes us better... or worse*. Percorrendo diversos estudos científicos que analisam o cumprimento da lei à luz do funcionamento do processo cognitivo dos indivíduos, os autores refletem sobre os limites das punições e recompensas legais (*sticks e carrots*), o papel da moral e o relevo da motivação individual na efetividade e eficácia da lei.

Utilizando um discurso acessível e exemplos reais com que facilmente nos identificamos, *The Behavioral Code* destaca os contributos da psicologia cognitiva e comportamental para o estudo e compreensão da lei e dos seus modos de funcionamento. Alinhado com a escola de pensamento da *Behavioral Law and Economics*, a obra tem a particularidade de privilegiar a vertente do direito, sobre a vertente mais reconhecida e consagrada da economia comportamental. ●

[340.12 R00]
Catarina Frade
FEUC

A AFIRMAÇÃO DE UM CAMPO

JOSÉ MANUEL PUREZA FEUC

Numa publicação de 1999 – a meio do percurso de 50 anos aqui em perspetiva – afirmei que “é manifesto que não há teoria internacional em Portugal e que essa ausência é uma expressão académica quer do anti-cosmopolitismo prolongadamente professorado entre nós (com especial responsabilidade para as universidades portuguesas), quer também da posição periférica ocupada por Portugal no xadrez político e intelectual internacional” (Pureza, 1999: 363).

Há razões para, quase um quarto de século depois, alterar alguns dos pressupostos deste juízo. Naquele momento, as Relações Internacionais, enquanto área de conhecimento com autonomia nos planos de estudo das nossas universidades, traduzia-se na oferta de um número muito reduzido de cursos, que se havia iniciado na Universidade do Minho em 1975 e havia depois sido alargado ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (1982), à nossa FEUC (1995) e à Universidade Nova de Lisboa (1996).

Com intencionalidades diferentes e alicerçados em referenciais teóricos também diversos entre si, esses primeiros programas universitários em Relações Internacionais (ou em Ciência Política e Relações Internacionais) expressaram as estratégias mais amplas de internacionalização da economia e da sociedade portuguesas (Ferreira-Pereira e Freire, 2009: 84). Na maioria desses casos, destaca-se a perspetiva marcadamente eurocêntrica, articulada com orientações geopolíticas tradicionais. Mas houve também espaço para integrar focos alternativos, como os estudos para a paz, os direitos humanos ou a cooperação para o desenvolvimento, linhas temáticas a que a oferta letiva da FEUC conferiu especial importância.

Meio século volvido sobre aquele momento fundador, a primeira grande transformação a registar é quantitativa: cifra-se hoje em cerca de 4 dezenas o número de cursos de Relações Internacionais oferecidos nas nossas universidades, nos três ciclos de estudos. Os conteúdos curriculares dessa formação foram sendo repetidamente objeto de ajustamentos, ora por vicissitudes de cada universidade ora por fatores a elas exteriores. Nestes últimos, destaca-se o impacto desdiferenciador imposto pelo chamado processo de Bolonha e pelo estreitamento da duração dos ciclos de estudos por ele trazido (Ferreira-Pereira e Freire, 2009: 91). Esse apagamento da diferenciação curricular – individualizadora da proposta de estudo das Relações Internacionais de cada universidade – passou a ser limitadamente compensada por

alguma definição temática dos programas de segundo e terceiro ciclos. A FEUC foi pioneira nesta estratégia, primeiro com o Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos (criado em 2004) e depois com o mestrado em Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento (2007).

O salto quantitativo mencionado resultou na formação de uma comunidade disciplinar dinâmica, com forte envolvimento em redes académicas internacionais de grande prestígio, com publicações em número apreciável nas editoras e nas revistas académicas internacionais de referência e com participação assídua nos principais momentos de debate institucionalizado da disciplina, em escala europeia ou mundial.

Essa dinâmica ganha pela investigação expressou-se também na sua institucionalização, com a criação de unidades de pesquisa como, entre outras, o Instituto Português de Relações Internacionais – fundado em 2003 por um consórcio envolvendo a Universidade Nova de Lisboa, a Fundação Lusoamericana para o Desenvolvimento e a Fundação Oriente e responsável pela principal publicação especializada nesta área, a revista *Relações Internacionais* – o Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais, criado também nos primeiros anos do século por investigadores da Universidade do Minho e da Universidade de Évora, o *Observare – Observatório de Relações Exteriores*, criado, em 1996, na Universidade Autónoma de Lisboa sob a inspiração de Luís Moita ou, entre nós, o Núcleo de Estudos para a Paz, no âmbito do Centro de Estudos Sociais, entre 2002 e 2010. A criação, em 2008, da Secção de Relações Internacionais da Associação Portuguesa de Ciência Política acrescentou densidade a este processo de institucionalização da disciplina.

Consolidadas estas transformações quantitativas e qualitativas, que visão do mundo prevalece na disciplina de Relações Internacionais hoje no nosso país? A inexistência de uma teoria internacional em Portugal, que aponte no meu escrito de 1999 – e que tinha como expressão a quase exclusividade, honrosa, da obra de Adriano Moreira no campo da Teoria das Relações Internacionais (Moreira, 1996) – foi naturalmente suplantada. Mas arrisco afirmar que persiste entre nós uma assinalável debilidade do debate teórico em Relações Internacionais. Parece contradizer esta afirmação a publicação, nos últimos vinte anos, de alguns trabalhos de indiscutível relevo no campo das Teorias das Relações Interna-

“(...) a regra é a de que escasseiam as publicações explicitamente dedicadas aos quadros de referência filosóficos e de teoria social da leitura da realidade internacional.”

cionais. Essas obras podem agrupar-se em três conjuntos. Num primeiro situamos monografias sobre as diferentes teorias. Incluem-se aqui obras como a de Cravinho (2002) ou a de Teixeira Fernandes (2009). Num segundo grupo, situam-se trabalhos de debate aprofundado de perspetivas teóricas específicas, dentro da tradição. É o caso de Gaspar (2013), Lobo-Fernandes (2013 e 2019) Monteiro (2014) ou Pedro (2021). Finalmente, um terceiro conjunto agrupa obras que se filiam na área da Teoria Crítica. Situo aqui os trabalhos de Pinéu (2011), Barrinha e Freire (2015), Nunes (2015), Saramago (2020) ou Pureza e Ferreira (2021).

Mas não me parece haver dúvidas de que se trata de exceções que confirmam a regra. E a regra é a de que escasseiam as publicações explicitamente dedicadas aos quadros de referência filosóficos e de teoria social da leitura da realidade internacional. Esta debilidade é o lado não dito, implícito, da prevalência, em Portugal, da grande corrente maioritária na disciplina, em termos mundiais: o chamado “bloco neo-neo” (misto de neorealismo e de neoliberalismo). Isto significa, em concreto, que, quer na expressão académica quer na presença no espaço público mais geral da disciplina, o campo é ocupado, de forma largamente maioritária, por construções assentes em pressupostos oriundos ora do realismo (dilema de segurança, política das potências), ora do liberalismo (interdependência, paz democrática, comunidades de segurança).

Gostava de acreditar que o próximo passo da afirmação da disciplina será precisamente o da intensificação do debate teórico. Isso faria jus a uma disciplina que se tem desenvolvido internacionalmente com base em sucessivos debates teóricos de grande intensidade. Mas sobretudo porque isso suporia clarificação dos pontos de partida dos vários discursos, significaria mais pluralismo, significaria uma comunidade mais exigente consigo mesma no seu domínio da Filosofia e da Sociologia Políticas, dos Estudos Culturais, da Economia Política, da História. Ou seja, do conhecimento criterioso do mundo. ●

Referências: Barrinha, A. e Freire, M. R. (2015), *Segurança, Liberdade e Política: a Escola de Copenhaga em Português*. Instituto de Ciências Sociais. / Cravinho, J. G. (2002), *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Instituto de Ciências Sociais. / Ferreira Pereira, L. e Freire, M. R. (2009), “International Relations in Portugal: The state of the field and beyond”, *Global Society*, 23 (1), 79-96. / Gaspar, C. (2013), “Waltz, Morgenthau e Aron”, *Relações Internacionais*, 39, 5-13. / Lobo-Fernandes, L. F. (2013), “Uma teoria nomotética da política internacional ou a construção da verdade em Waltz. Algumas considerações”, *Relações Internacionais*, 39, 15-24. / Lobo-Fernandes, L. F. (2019), “O papel da teoria em Morgenthau e Waltz. Realismo(s), delimitações e crescimento científico”, *Relações Internacionais*, 58, 107-116. / Monteiro, N. (2014), *Theory of Unipolar Politics*. Cambridge University Press. / Moreira, A. (1996), *Teorias das Relações Internacionais*. Almedina. / Nunes, J. (2015), *Security, Emancipation and the Politics of Health. A New Theoretical Perspective*. Routledge. / Pedro, G. M. (2021), *Reinhold Niebuhr and International Relations Theory. Realism Beyond Thomas Hobbes*. Routledge. / Pinéu, D. (2011) “The West and the rest: Reflexões sobre uma década de guerra contra o terror”, *Relações Internacionais*, 31, 61-65. / Pureza, J. M. (1999), “O príncipe e o pobre. O estudo das Relações Internacionais entre a tradição e a reinvenção”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 363-376. / Pureza, J. M. e Ferreira, M. F. (2021), *Emancipar o Mundo. Teoria Crítica e Relações Internacionais*. Almedina. / Saramago, A. (2020), *Non-Human Nature in World Politics. Theory and Practice*. Springer International Publishing. / Teixeira Fernandes, J. P. (2009), *Teorias das Relações Internacionais. Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista*. Almedina.